Prevalência e Fatores Associados aos Transtornos Mentais na Primeira Infância: Uma Revisão Teórica

Autor(res)

Ingrid França De Almeida
Thacyane Ribeiro De Queiroz Franco
Gabrielli Araújo Cândido Da Silva
Isabelle Oliveira Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE UBERLÂNDIA

Introdução

A primeira infância é uma fase crucial para o desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais. Investigar a prevalência dos transtornos mentais nessa etapa é fundamental para compreender sua dimensão e os impactos no desenvolvimento psicológico infantil. Transtornos como TDAH, ansiedade e depressão já apresentam sinais nessa fase, podendo comprometer a aprendizagem, as relações sociais e a regulação emocional. Além disso, fatores sociais, familiares e econômicos exercem grande influência no surgimento e na manutenção desses quadros. Este estudo busca fornecer uma base teórica que apoie a formulação de estratégias para promoção do bem-estar infantil e políticas públicas eficazes de saúde mental na infância, reforçando a importância da detecção precoce e do cuidado integrado.

Objetivo

Investigar a prevalência e as características dos transtornos mentais na primeira infância. Analisar a influência do contexto social, familiar e econômico no desenvolvimento desses transtornos. Avaliar estratégias de prevenção e promoção da saúde mental infantil, correlacionando intervenções psicológicas e políticas públicas.

Material e Métodos

Este estudo é uma revisão teórica de caráter exploratório, fundamentada em literatura nacional e internacional relacionada à saúde mental na primeira infância. A metodologia adotada envolveu a pesquisa e análise de artigos científicos, documentos oficiais e relatórios institucionais, publicados entre os anos de 2010 e 2024, com ênfase em publicações indexadas nas bases SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. Foram utilizados como critérios de inclusão: textos em português, inglês ou espanhol, com foco em crianças de 0 a 6 anos, e que abordassem a prevalência, fatores associados e estratégias de prevenção de transtornos mentais infantis.
A seleção das fontes considerou estudos que discutem transtornos como TDAH, ansiedade, depressão e transtornos de apego, além de textos que analisem a influência do contexto biopsicossocial, como vínculo afetivo, práticas educativas, desigualdade social, pobreza, violência doméstica, acesso a serviços e redes de apoio.

Também foram incluídas produções que propõem modelos de prevenção e promoção da saúde mental, especialmente os estruturados nos níveis primário, secundário e terciário, conforme proposto por Caplan e discutido por autores contemporâneos como Schneider (2015), Abreu et al. (2015) e Fatori (2018). A análise dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e categorização temática, buscando identificar padrões de prevalência, principais fatores de risco e proteção, e propostas de intervenção. O estudo adota uma perspectiva multinível e interdisciplinar, integrando evidências da psicologia do desenvolvimento, da saúde pública e da assistência social, com o objetivo de contribuir para a formulação de estratégias integradas de cuidado e políticas públicas efetivas voltadas à saúde mental na infância.

Resultados e Discussão

A literatura evidencia que transtornos mentais na primeira infância são comuns e envolvem múltiplos aspectos, com destaque para o TDAH, que afeta entre 5% e 7% das crianças, manifestando-se por sintomas de “desatenção, hiperatividade e impulsividade”, frequentemente em comorbidade com dificuldades emocionais (CONITEC, 2022). Ansiedade e depressão também apresentam prevalência significativa, estimada entre “7% a 10% para transtornos ansiosos e de 1% a 2% para quadros depressivos em pré-escolares” (Moff Lima, 2024), especialmente após eventos traumáticos como a pandemia de COVID-19, que agravou sintomas devido a “lutos, instabilidade e mudanças de rotina” (Moff Lima, 2024). Esses transtornos impactam negativamente a regulação emocional, as habilidades sociais e a exploração do ambiente das crianças.

O contexto social, familiar e econômico desempenha papel crucial no surgimento e na manutenção desses quadros. Conforme apontado, “vínculos seguros tendem a desenvolver melhor regulação emocional e menores taxas de ansiedade/depressão”, enquanto vínculos inseguros (evitante, ambivalente ou desorganizado) “elevam o risco para ansiedade, depressão, problemas de conduta e dificuldades sociais” (Fatori, 2018). Práticas educativas “punitivas, negligência, inconsistência e superproteção estão associadas a transtornos de comportamento, ansiedade e depressão” (Fatori, 2018). Adicionalmente, a exposição a “conflito parental e violência doméstica” aumenta o risco para “PTSD, depressão, problemas de apego e dificuldades de regulação emocional” (Fatori, 2018).

Pobreza e precariedade elevam o risco “por múltiplas vias — stress financeiro, insegurança habitacional, exposição ao crime, nutrição inadequada, menor acesso a cuidados” (Fatori, 2018). Essa vulnerabilidade é reforçada pela desigualdade social, que “correlaciona-se com maior prevalência de transtornos mentais em grupos desfavorecidos” (Fatori, 2018). A “exposição repetida ao stress altera eixo HPA, respostas inflamatórias e plasticidade neural — aumentando a vulnerabilidade a depressão, ansiedade e problemas cognitivos” (Fatori, 2018). Além disso, a “modelagem e aprendizagem social” de padrões emocionais e comportamentais por observação influenciam a manutenção desses transtornos (Fatori, 2018).

Estratégias de prevenção e promoção da saúde mental devem ser integradas e atuar em múltiplos níveis. De acordo com Schneider (2015), a prevenção divide-se em três níveis: a) primária, destinada a toda população; b) secundária, para indivíduos com sinais iniciais; e c) terciária, focada na redução da intensidade e reincidência. Programas de “psicoeducação familiar, intervenções parentais e políticas públicas que reduzam a pobreza e promovam inclusão social são fundamentais” (Fatori, 2018). A articulação entre saúde, educação e assistência social, com serviços comunitários acessíveis, contribui para a prevenção e mitigação dos transtornos. Recomenda-se, ainda, “investimento em pesquisas longitudinais para entender fatores mediadores e desenvolver intervenções específicas e eficazes” (Fatori, 2018).

Conclusão

Os transtornos mentais na primeira infância apresentam alta prevalência e estão profundamente ligados a fatores sociais, familiares e econômicos. Intervenções integradas, multidisciplinares e políticas públicas que promovam o bem-estar infantil são essenciais para prevenir a cronificação desses transtornos e garantir um desenvolvimento saudável na infância.

Referências

ABREU, S.; et al. Prevenção e promoção da saúde mental: perspectivas e práticas. 2015.
BOWLBY, J. Attachment and Loss: Volume 1 – Attachment. 2. ed. New York: Basic Books, 1982.
BRESSAN, R. A.; et al. Promoção da saúde mental e prevenção dos transtornos psiquiátricos. 2014.
CAPLAN, G. Principles of Preventive Psychiatry. New York: Basic Books, 1964.
CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Diretrizes sobre Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Brasília, 2022.
FATORI, D. Transtornos mentais na primeira infância: prevalência, características e desafios para a saúde pública no Brasil. 2018.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Primeira infância: desenvolvimento humano e social. Rio de Janeiro, 2017.
LIMA, Moff. Impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental infantil. 2024.
McEWEN, B. S. Protective and Damaging Effects of Stress Mediators. New England Journal of Medicine, v. 338, n. 3, p. 171–179, 1998.
RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, v. 57, n. 3, p. 316–331, 1987.
SCHNEIDER, D. Saúde mental e as transformações no campo da saúde geral. 2015.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Promoting Mental Health: Concepts, Emerging Evidence, Practice. Geneva: WHO, 2004.